

A DEMOCRACIA TEM CAUSAS PERDIDAS?

Gustavo Biasoli Alves (1)

MASTROPAOLO, Alfio Is democracy a lost cause? Paradoxes of an imperfect invention. Colchester: European Consortium for Political Research Press, 2012

O professor de Ciência Política de alguma maneira sente a falta de um livro em que possa encontrar de maneira clara e acessível uma boa apresentação da teoria democrática, dos métodos e do estatuto da Ciência Política bem como que proporcione a abertura para um debate qualificado voltado às questões do presente. É nesse ponto que este livro se encaixa.

Mastropaolo aponta para a polissemia do termo democracia, e por isso, há a dificuldade em defini-lo, cabendo o resumo de que a democracia é apenas uma forma de exercício de poder e de sua legitimação. Segundo Mastropaolo, a democracia não é também o destino da humanidade, e por essa razão se configura como aquilo que é mutante e está fadada a ter um ponto final. Não obstante se pensa que ela pode transformar tudo o que toca.

Mas, é realmente democracia o que os manifestantes atuais, como os árabes os brasileiros ou os venezuelanos querem? Ou apenas bem-estar e uma classe dirigente menos violenta e corrupta?

Definir o escopo da democracia torna-se então um ponto-chave, pois apesar do consenso que contemporaneamente a envolve, suas formas variam muito e a maneira como alguns organismos internacionais a veem trabalhando nem sempre respeita os povos para os quais se quer impô-la. O caminho da democracia sempre foi tortuoso, e assim os percalços de hoje não devem causar espanto, mas reorganizar elementos da teoria cruzando-os com discussões sobre a realidade, tornando-se um meio eficaz para entender o tema. Para isso, a obra traz inicialmente, uma rerepresentação das propostas de Bobbio e dos procedimentalistas em que Mastropao-⁽²⁾lo afirma que mesmo a mínima definição do professor e político italiano encontra dificuldades para interpretar o mundo contemporâneo, na medida em que a realidade aponta uma série de questões como: Quem governa? Como? Qual a abrangência do sufrágio e das regras estabelecidas? Como se compõem as maiorias e a quem suas decisões são aplicáveis? Quais os limites dos entendimentos estabelecidos sobre cada um destes tópicos?

Dessa forma, a concepção de Bobbio, ainda que minimalista, não é isenta de valores e suas regras são simples, porém não foram estabelecidas ao acaso, mas foram fruto de uma condição histórica e da afirmação de alguns valores ocidentais. Dentre esses valores, destacamos o da dignidade e da liberdade do ser humano em que por meio deles vários conflitos podem ser resolvidos na esfera civil através da discussão e do voto.

Contudo, o significado do que seja liberdade, justiça, de quais conflitos devem ser decididos na esfera civil, etc. pode variar, e até regimes autoritários e democráticos têm muito em comum, como dizer que gover-

nam em nome do povo, por exemplo. O que varia, nesse aspecto, é a concepção do que é povo e de como se governa em nome deste e assim, a arquitetura dos regimes é um ponto fundamental de análise, uma vez que os procedimentos adotados conduzem a respostas muito diferentes às perguntas colocadas nos dois parágrafos acima. Há, portanto, uma tensão permanente entre aqueles que entendem que a democracia deve se resumir a procedimentos, às “regras do jogo” e aqueles que defendem uma visão mais substancial, questão que é o cerne da disputa que hoje afeta relações entre democracia e mercado.

Após as provocações iniciais, segue-se outra na qual o autor coloca que a democracia baseia-se em duas abstrações: o povo e a representação. O argumento de que o povo é uma abstração encontra fundamento na definição de que se a democracia é uma forma de exercício de poder, é preciso dizer em nome de quem e como isso ocorre. Sendo assim, na ideia de que ela é o governo do povo, assim o governo deve ser definido, e dessa forma, a teoria e os regimes políticos surgidos após as Revoluções Inglesa e Francesa promoveram grandes abstrações: a noção de povo, por sua vez, deriva da noção de indivíduo, que é amalgamado numa nação onde as diferenças de língua, de origem, etc. são postas num *melting pot*.

Dar poder a esta mistura é algo complexo que foi resolvido através da noção de que o poder só poderia ser exercido via representação. Desse modo, a partir da representação dos governados como povo, este se tornou beneficiário da soberania, o que alterou a forma como o poder passou a ser debatido e exercido, mas que não tornou o povo um agente

político. Nesse sentido, tanto o povo quanto o seu autogoverno são, portanto, uma ficção.

Não obstante, os governos democrático-representativos contêm a essencial barreira para o abuso do exercício de poder, ainda que questione se os governantes escolhidos pela maioria e pelo voto popular cederão sempre à tentação de evocar sua condição de escolhidos para tentar impor sua posição e sua visão de mundo. Isso mostra o quão ingovernáveis, imperfeitos, incompletos e híbridos são os regimes democráticos. Talvez esta seja a causa de sua sobrevivência e assim, a democratização total é um pleito, mas sua concretização é muito difícil e torna-se mister voltar o olhar para os locais nos quais, e sob quais formas a democracia é exercida ou não.

Nessa perspectiva, Mastropaolo faz uma revisão acerca do papel desempenhado pela Comissão Trilateral⁽³⁾ e pela disseminação de seus relatórios acompanhada da apresentação e da discussão sobre as obras de Gramsci, Kelsen, Schumpeter, Habermas, Huntington e Offe.

O autor aborda os conceitos gramscianos de fordismo e pós-fordismo para explicar a realidade pós-moderna, a qual descreve de maneira usual, mas argumenta afirmando que a maneira como a sociedade é descrita e interpretada mudou radicalmente. Criou-se após a Segunda Guerra Mundial um consenso de que a democracia renasceu como democracia formal acompanhada de políticas de bem-estar. Com a presença impositiva de partidos de massa e organizações de vida coletiva, a democracia não foi reduzida a eleições e ao uso do princípio da maioria, sendo

também considerada como uma técnica eficaz de promover a participação política, funcionando como contrapeso à economia.

Segue-se a esta argumentação a apresentação acurada das colocações de Kelsen e Schumpeter e uma demonstração do desenvolvimento do *status* científico da Ciência Política no pós-guerra, que termina com a afirmação de que se elevou o modelo norte-americano de política e de investigação ao paradigma a ser seguido, o que pensava ser um saudável casamento entre capitalismo e democracia.

Contudo, como é sabido, esse casamento passou pela crise do petróleo dos anos 70 que levou à amarga realidade da crise econômica e da estagflação que marcaram o período, bem como ao desafio colocado ao Estado de manter a acumulação capitalista ou de continuar mantendo os anseios de legitimidade, ou seja, manter o contrato e a paz social, e portanto, as boas perspectivas de redistribuição. Isso, com a contribuição do relatório da Comissão Trilateral, desencadeou a conclusão de que a democracia estava doente e de que a política deveria ser reinventada e reforçada e protegida.

Apesar disso, a Ciência Política se afirma enquanto tal e traz um enorme contributo àqueles que querem propagandear a democracia. Se o estatuto da Ciência Política enquanto tal está dado, é no argumento da polissemia do termo que o debate deve ser aprofundado. Afinal, se a academia e os atores políticos se comunicam e se há bons modelos, práticas democráticas e instituições democráticas a ser copiadas, qual o problema, então?

A questão é que há uma intensa disputa lexical envolvendo a transição de um paradigma democrático a outro: palavras como classe, estado, solidariedade, igualdade, partido e bem comum caíram em desuso, e em seu lugar vieram indivíduo, mercado, governabilidade, lucro, mérito e liderança. Recentemente quando as deficiências da nova ordem democrática se tornaram aparentes, o dicionário se ampliou com os termos identidade, capital social, transparência, accountability (4), governança, sustentabilidade, terceiro setor e organizações sem fins lucrativos.

A análise da passagem entre um capitalismo e uma democracia organizados para outros desorganizados (transição fordismo/pós-fordismo) ganha complexidade e força com a discussão sobre o que ocorreu com o Estado e com os partidos políticos. Ao contrário do que pregam as críticas ao neoliberalismo, a adoção da Teoria da Nova Administração Pública (New Public Management) não levou ao enfraquecimento do poder estatal, mas ao seu redirecionamento. Assim, se antes tínhamos presença e ação mais diretas do Estado, hoje nos vemos enredados numa rede de poder tecnocrático e travestido de eficiente que envolve agências reguladoras, índices, etc.(5)

O conceito de *accountability* apareceu como forma de analisar e justificar as ações dos eleitos perante os eleitores. Sendo assim, qual o problema com ele? A análise de Mastropaolo é controversa(6): a redefinição contemporânea do conceito de representação pretende ajudar os representantes a oporem-se às demandas dos eleitores e de seus adversários no mundo dos negócios e da mídia. Busca-se dessa forma, definir oficialmente o trabalho do político não como uma resposta às demandas dos repre-

sentados, mas como um pleito abstrato do que é governar bem torna um movimento cheio de simbolismo reduzir os custos da representação.

Não obstante os atores são submetidos a rígidos controles. Sua performance pode ser metrificada⁽⁷⁾, e há uma série de agências reguladoras de controle de crédito que não apenas medem a eficácia das políticas públicas e dos agentes políticos como também submetem toda a política a seus ditames. Argumenta o pensador italiano apregoando que esta é uma maneira ruim de estabelecer o controle dos representantes pelos representados, na medida em que os índices e as agências pouco são submetidos aos ditames eleitorais. A conclusão é de que a distância entre representados e representantes, que a democracia prometeu extinguir ou encurtar, é ainda grande, o que deve conduzir ao exame de algumas estratégias de correção.

Se não forem observadas a arquitetura dos regimes políticos, as narrativas políticas e a influência da mídia⁽⁸⁾ a crítica à realidade perde a força explicativa. Por esse viés, a tese é de que o descontentamento sempre acompanhou os regimes democráticos e o principal mister metodológico passa ser o diagnóstico sobre como os atores reagiram aos recentes câmbios na sociedade, na economia e na política. Essa argumentação ganha importância à medida que a sociedade se tornou mais plural, e que em razão disso, a construção em torno do descontentamento com a democracia e o apontamento de suas “más qualidades” ignora as características e os resultados da competição eleitoral, mas que também esta não é uma forma perfeita de escolha de preferências e nem levará à satisfação total do “consumidor”. Dessa forma, o autor salienta que é preciso completar

os dados obtidos com os imensos *surveys*, hoje tão em voga nas pesquisas de cunho qualitativo.

Outro ponto de destaque é a crítica contundente às teorias que identificam o eleitor como um consumidor. Segundo Mastropaolo, há hoje uma expectativa que o eleitor seja informado e consciente. Há ainda, o paradoxo de que as práticas adotadas pelos agentes políticos⁽⁹⁾ negam a possibilidade de ligar o eleitor ao consumidor. A perspectiva schumpeteriana de que o eleitor é um mau juiz de seus interesses retorna, e assim, vem a posição de que o argumento de uma crise que se baseia apenas no levantamento massivo de dados tem pouca força explicativa. Aprofundando estas considerações há que se abordar o conceito de antipolítica. Mais do que a destruição da política assiste-se hoje a uma reconstrução desta, em que os critérios midiáticos têm a importância de não apenas colocar a política em pauta, mas de moldá-la.

Antipolítica é um termo polissêmico e estão presentes na obra duas definições: 1) Antipolítica desde baixo: abstenção e volatilidade eleitoral e voto em partidos populistas; 2) Antipolítica desde cima: discursos polêmicos sobre a política destacando a corrupção a ineficiência das instituições, etc. emitidos tanto por atores novos na arena quanto pelos mais tradicionais.

No entanto, nada é mais político que a antipolítica, pois o descontentamento dos cidadãos tem significado. Nessa abordagem, o discurso da antipolítica nasce no mundo político e é, segundo o autor, a antipolítica que justifica o ressurgimento da extrema-direita na Europa hoje, e neste sentido, o professor da Universidade de Turim afirma que classificar al-

gumas práticas políticas vigentes hoje no Velho Mundo como populistas é uma simplificação conceitual.⁽¹⁰⁾

A discussão sobre a polissemia da democracia e sobre a antipolítica deve encaminhar a discussão para a clássica questão: quem governa? A questão é então discutir elites políticas.⁽¹¹⁾

Abrir os espaços para novos atores é sempre algo que os antigos fazem com cuidado e buscando a cooptação. Nesses dois aspectos, residem duas das razões pelas quais o campo político está sujeito a um fluxo contínuo.

O campo político é, ao mesmo tempo, um efeito sociológico, uma restrição e uma fonte para os políticos, já que tanto na teoria quanto na prática, a representação requer confiança e identificação. Dessa forma, o posicionamento de que há problemas com a democracia⁽¹²⁾ é fruto da dificuldade dos agentes políticos⁽¹³⁾ em lidar com essa situação, o que tenciona a representação, na medida em que os partidos fazem esforços para incluir mulheres, minorias linguísticas, etc. em detrimento de formas tradicionais de representação e de atores tradicionalmente representados.

Muitas dessas pessoas têm se tornado líderes políticos, e assim, a definição do que é ser um político profissional ganha cores mais amplas que na palheta weberiana, à medida que atualmente, os agentes políticos estão atentos para a importância do simbólico, das “virtudes” da sociedade civil, da igualdade, e dos constructos midiáticos.

Outra definição argumentada pelo autor na formação de lideranças políticas é o fato de que as campanhas tornaram-se caríssimas e que houve

um aburguesamento do estilo de vida das elites partidárias que as distancia da classe trabalhadora.

Como tem sido a reação ao esgotamento dos pactos anteriores e que perspectiva se deve ter? A adaptação dos governos a esta realidade tem sido complexa, visto que alguns manipulam os protestos enquanto muitos não hesitam em lançar mão do monopólio do uso exclusivo da força.⁽¹⁴⁾

Contudo, o ponto fulcral e que chacoalha a democracia é o uso indiscriminado da linguagem dos direitos, já que há o risco de que os indivíduos protegidos pelos mesmos se sintam cada vez menos parte do todo social. Há, portanto, o desafio de recuperar essa ligação, e então surgiram as propostas comunitaristas bem como o diálogo e (ou em??) oposição destas com o republicanismo. A teoria procurou dar conta desse problema através da releitura do contratualismo feita por John Rawls, acerca das propostas comunicativas e da ideia de participação feitas por Habermas.

Entretanto, o diagnóstico ainda é incerto, o que torna difícil chegar a uma conclusão. A democracia é uma forma de exercício de poder pelo povo, e não obstante seus paradoxos, não é possível falar hoje em “democracia traída” no sentido comum do termo. A democracia mudou, mas continua em boa forma. Seus resultados é que nem sempre são benéficos.

A relação entre política e democracia é intrínseca e, portanto, a forma da primeira é o resultado de uma luta por poder e também de um amálgama entre condições culturais e econômicas. Assim, é preciso questionar se o uso do termo democracia que se faz contemporaneamente

quer dizer continuidade ou ruptura, sendo necessário ainda, atentar para as desigualdades presentes hoje.

O trabalho de redistribuição de poder entre governantes e governados não é, de maneira nenhuma uma dádiva. Ao contrário, é frágil, e não há nada que garanta que o armistício democrático permaneça, o que torna necessário um posicionamento menos egoísta e mais destinado à proteção do Estado de Bem-Estar Social.

Ainda que crises econômicas possam colocar a democracia em xeque, seus valores devem persistir. É preciso atentar ainda, para o fato de que em vários países a experiência democrática não remonta a muitas gerações e que as severas privações econômicas e políticas que diversas sociedades sofreram podem significar a ruptura de um tecido que precisa continuar unido.

Assim, mais do que a fraqueza do diagnóstico há “coisas” a serem mantidas, e se a energia que conduziu as sociedades ao regime democrático estiver dispersa, deve ser possível reagrupá-la de alguma forma, possibilitando que a cultura dos direitos permaneça. A noção de democracia como invenção imperfeita, baseada em abstrações, mas que é fundamentalmente contrária ao autoritarismo e à arbitrariedade pode ser o começo de um pensamento inovador. A tarefa é, portanto, enfrentar o desafio, preencher as lacunas, a fim de compreender melhor questões acerca de que se surgem novos pactos, quem está propondo-os? E assim perceber como esses pactos estão sendo implementados para municiar a sociedade com novos instrumentos e análises para que ela faça seu caminho e encontre na academia um respaldo crítico e seguro.⁽¹⁵⁾

Notas:

- 1 Professor do curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- 2 A principal obra de Bobbio à qual Mastropaolo faz referência é *O Futuro da Democracia*.
- 3 Trilateral Commission.
- 4 Mantido no original em inglês por dificuldades de tradução.
- 5 A análise sobre o ocorrido com os partidos políticos é mais fraca. Há no livro apenas uma boa revisão das colocações de Otto Kirschheimer, Bernard Manin e Teda Sckpol, além de uma discussão sucinta do conceito de capital social com base na obra de Robert D. Putnam.
- 6 Mastropaolo enfatiza muito os controles eleitorais e não discute as limitações destes e não faz uma revisão aprofundada nem um diálogo com a teoria que embasa o surgimento de índices e agências.
- 7 O que não é uma forma perfeita de controle, mas o processo eleitoral também não é.
- 8 Mastropaolo não se refere aqui à mediatização dos candidatos, conseqüentemente, nem às transformações no regime representativo, mas ao quanto à mídia informa, e, por conseguinte, como o cidadão hoje é bombardeado por informações de e sobre política.
- 9 *Politicians* no original.
- 10 Mastropaolo se baseia no conceito de populismo de Margaret Canovan em *Populism*-Londres/Nova York, Harcourt Brace Jovanovich, 1981. Este conceito assemelha-se muito ao de liderança carismática na clássica acepção weberiana. O embasamento do autor sobre populismo envolve também Gino Germani e dialoga com uma extensa literatura sobre a extrema-direita europeia.
- 11 Mastropaolo faz uma revisão precisa e clara de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Robert Michels. Ao mesmo tempo, o autor questiona a capacidade dos mecanismos de representação de dar conta dos interesses dos representados e de governar ao mesmo tempo apresentando uma conclusão pessimista apontando que a discussão entre representar bem, não representar e representar em excesso é cíclica, o que leva a todos os paradoxos da representação elencados por Burke, Madison, Weber e Bourdieu, dentre outros.
- 12 *The narrative of democratic malaise* no original.
- 13 *The narrative of democratic malaise* no original.
- 14 São bons exemplos hoje a Venezuela dominada pelo chavismo, as manifestações pró-entrada da Ucrânia na União Europeia e o que ocorreu com as reivindicações de julho de 2013 no Brasil.
- 15 Análise do resenhador.